BAMÉRCIO S/A PREVIDÊNCIA PRIVADA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

RELATIVAS AO SEMESTRE FINDO
EM 30 DE JUNHO DE 2013

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de Junho de 2013

Relatório da Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	4-5
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias	10-19

BAMÉRCIO S/A PREVIDÊNCIA PRIVADA
C.N.P.J. 50.662.436/0001-14

Relatório da Administração:

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras intermediárias da Bamércio S/A Previdência Privada, relativas ao semestre findo em 30 de Junho de 2013, preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.
Os negócios sociais se constituíram principalmente na operação de planos de previdência complementar, com a comercialização exclusiva de planos de pecúlio.
A Entidade reinveste o lucro apurado em aplicações financeiras no mercado de renda fixa, oferecidas por instituições financeiras com alta qualidade de rating de crédito, bem como na realização de projetos de expansão de vendas.
Atendendo ao disposto na Circular SUSEP nº 464, de 01 de março de 2013, a Bamércio S/A Previdência Privada declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".
Conforme previsto no Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado.

Colocando-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 20 de Agosto de 2013.
Diretoria

Boucinhas, Campos & Conti
Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Diretores da
BAMÉRCIO S.A. PREVIDÊNCIA PRIVADA
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Bamércio S.A. Previdência Privada, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bamércio S.A. Previdência Privada em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 19 de agosto de 2013

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC - 2SP 5.528/0-2

Toshio Nishioka
Contador
CRC1SP104690/O-5

Balanços Patrimoniais em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 - (Em R$ Mil)

ATIVO		30/06/2013	31/12/2012
CIRCULANTE		**10.757**	**10.377**
DISPONÍVEL		**59**	**115**
CAIXA E BANCOS		59	115
APLICAÇÕES	Nota 4	**10.037**	**9.580**
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	Nota 5	**404**	**357**
VALORES A RECEBER		404	357
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		**257**	**325**
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		-	1
CRÉDITOS TRIBUT. E PREVIDENCIÁRIOS	Nota 6	165	209
DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS	Nota 7	86	114
OUTROS CRÉDITOS		6	1
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**46**	**27**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**33**	**-**
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		**33**	**-**
DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS	Nota 7	33	-
		-	
INTANGÍVEL		**1**	**1**
OUTROS INTANGÍVEIS		1	1
DIFERIDO	Nota 8	**12**	**26**
TOTAL DO ATIVO		**10.803**	**10.404**

PASSIVO		30/06/2013	31/12/2012
CIRCULANTE		**741**	**976**
CONTAS A PAGAR		**616**	**728**
OBRIGAÇÕES A PAGAR	Nota 11 c	291	286
IMPOSTOS E ENC. SOC.A RECOLHER		11	12
ENCARGOS TRABALHISTAS		35	15
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		279	415
DEPÓSITOS DE TERCEIROS		**-**	**1**
PROVISÕES TÉCNICAS – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	Nota 9	**125**	**119**
PLANOS NÃO BLOQUEADOS		125	119
OUTROS DÉBITOS		**-**	**128**
PROVISÕES JUDICIAIS		-	128
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**125**	**-**
OUTROS DÉBITOS		**125**	**-**
PROVISÕES JUDICIAIS	Nota 11 b	125	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 12	**9.937**	**9.428**
CAPITAL SOCIAL		7.300	7.300
RESERVAS DE LUCROS		2.153	2.128
LUCROS ACUMULADOS		484	-
TOTAL DO PASSIVO		**10.803**	**10.404**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados dos Semestres findos em 30 de Junho de 2013 e 2012 - (Em R$ Mil)

		2013	2012
CONTRIBUIÇÕES PARA COBERTURA DE RISCOS		**977**	**836**
VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE CONTRIBUIÇÕES		**(1)**	**(10)**
PRÊMIOS GANHOS		**976**	**826**
SINISTROS OCORRIDOS		**(11)**	**(34)**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	Nota 15	**(2)**	**(15)**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	Nota 15	**(317)**	**(286)**
DESPESAS COM TRIBUTOS		**(117)**	**(150)**
RESULTADO FINANCEIRO	Nota 15	**301**	**350**
RESULTADO OPERACIONAL		**830**	**691**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**830**	**691**
IMPOSTO DE RENDA	Nota 10	(196)	(175)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Nota 10	(125)	(112)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		**509**	**404**
QUANTIDADE DE AÇÕES		**7.300.000**	**7.300.000**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R$		**0,07**	**0,06**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido nos Semestres Findos em 30 de Junho de 2013 e 2012 - (Em R$ Mil)				
	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	7.300	1.374	-	8.674
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	404	404
PROPOSTA P/ DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO	-	20	(20)	-
Reserva Legal	-	20	(20)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	7.300	1.394	384	9.078
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	7.300	2.128	-	9.428
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	509	509
PROPOSTA P/ DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO	-	25	(25)	-
Reserva Legal	-	25	(25)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	7.300	2.153	484	9.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Fluxo de Caixa - Método Indireto - dos Semestres findos em 30 de Junho de 2013 e 2012 - (Em R$ Mil)

	2013	2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	509	404
Ajustes para:		
- (+) Amortizações	14	14
Lucro Líquido Ajustado	523	418
Variação das contas patrimoniais:		
- Ativos Financeiros	(458)	64
- Créditos das oper.de previdência complementar	(47)	(56)
- Créditos fiscais e previdenciários	43	148
- Depósitos judiciais e fiscais	(4)	(10)
- Outros Ativos	(4)	(18)
- Impostos e Contribuições	(135)	88
- Outras Contas a Pagar	24	(68)
- Depósitos de terceiros	(1)	-
- Provisões técnicas - previdência complementar	6	39
- Provisões Judiciais	(3)	(579)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO)/ GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(56)	26
(Redução) / Aumento Líquido de Caixa	(56)	26
Caixa no Início do Período	115	183
Caixa no Final do Período	59	209
(Redução) / Aumento Líquido de Caixa	(56)	26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BAMÉRCIO S/A PREVIDÊNCIA PRIVADA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013 (Em R$ Mil)

1- Contexto Operacional: Bamércio S/A Previdência Privada é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social a instituição de planos previdenciários sob a forma de pecúlio e de rendas, em qualquer de suas formas e modalidades mediante contribuições dos participantes; autorizada a operar com planos de previdência privada aberta em todo o território nacional conforme Portaria nº. 411, publicada no DOU de 29 de dezembro de 1980, nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001 e demais normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, operando exclusivamente com a comercialização de planos de pecúlio, com sede à Rua Canadá, nº 387, Jardim América, Capital, São Paulo.
A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 19 de agosto de 2013.

2- Base de Preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 464, de 01 de março de 2013, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão preparadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21, as quais tiveram, quando aplicável, suas rubricas reclassificadas para fins de comparabilidade com as demonstrações financeiras do período atual.
Conforme anexo III da Circular SUSEP nº 464/2013, a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) está sendo divulgada pelo método indireto.
2.1- Base para avaliação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção para os ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, conforme descrito nas Notas 3.3 e 3.9.
2.2- Moeda funcional e moeda de apresentação: As informações estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.
2.3- Demonstração do Resultado Abrangente: A Demonstração do Resultado Abrangente se refere à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos não registráveis na Demonstração do Resultado do Semestre. Durante o semestre, não houve tais mutações, e dessa forma o valor do Resultado Abrangente é igual ao Resultado do Semestre.

3- Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Entidade estão demonstradas a seguir. Estas políticas foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.
3.1- Caixa e equivalentes de caixa: São considerados caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades que compreendem as contas correntes em bancos, registrados na rubrica “Disponível”.
3.2- Uso de estimativas e julgamentos: Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas

contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3.3- Ativos financeiros – Aplicações Financeiras: A Entidade determina a classificação inicial de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e mantidos até o vencimento.

a- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: São ativos financeiros mantidos para negociação e que sejam designados como tal no momento do reconhecimento inicial; são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

b- Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Aqueles para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos fechamentos dos balanços.

c- Determinação do valor justo: Os títulos de renda fixa privados são mensurados pela variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

3.4- Empréstimos e recebíveis: *Compreende, principalmente, os recebíveis* originados de valores a receber de previdência, tais como os saldos de contribuições a receber de participantes, que são registrados pelo custo amortizado e avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Os valores a receber de contribuições são avaliados e a redução ao valor recuperável constituída quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta dias) da data do vencimento do crédito.

3.5- Redução ao valor recuperável: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente.

3.6- Diferido: As despesas incorridas com desenvolvimento e implantação de sistemas estão sendo apresentadas pelo custo de aquisição e são amortizadas pelo método linear, à razão de 20% ao ano, conforme previsto no art. 299-A da Lei 6.404/76, introduzido pela Lei nº. 11.941/09.

3.7- Provisões técnicas: As provisões técnicas são calculadas de acordo com as metodologias e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais conforme disposto pela SUSEP, e com os critérios determinados pela Resolução CNSP nº 162/2006 e alterações posteriores.

Provisão de Riscos Não Expirados: É calculada “pro rata” dia, com base no risco vigente e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos das contribuições;

Provisão de Benefícios a Regularizar: Considera todos os avisos de pecúlios recebidos até a data do balanço;

IBNR: É constituído de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 448/2012;

Provisão para Despesas Administrativas: É constituída para cobrir despesas decorrentes de pagamentos de benefícios de eventos ocorridos e a ocorrer, conforme previsto em nota técnica atuarial do plano;

3.8- Passivos contingentes: Passivos contingentes são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações.

3.9- Outros ativos e passivos: Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais e ou contratados, bem como, os efeitos de ajuste a valor justo. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes.

3.10 - Imposto de renda e contribuição social : A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados incluem as despesas de impostos correntes. A Entidade reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social. Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

3.11 - Apuração do Resultado: As despesas e receitas são registradas no período em que elas ocorrem, observado o regime de competência. Para o produto de pecúlio comercializado pela Entidade, o fato gerador da receita é a vigência do risco ou a emissão do certificado o que ocorrer primeiro.

4- **Aplicações**

a. Resumo da classificação das Aplicações Financeiras:

	30.06.2013	%	31.12.2012	%
Títulos para negociação	**4.963**	**49,45**	**4.679**	**48,84**
Certificados de Depósitos Bancários	4.530	45,13	4.679	48,84
Quotas de Outros Fundos de Investimentos	433	4,31	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	**5.074**	**50,55**	**4.901**	**51,16**
Letras Financeiras do Tesouro	5.074	50,55	4.901	51,16
Total	**10.037**	**100,00**	**9.580**	**100,00**

b. Composição das Aplicações Financeiras por faixa de vencimento:

	Até 180 dias	Até 360 dias	Valor Contábil	Valor de Mercado
Títulos para negociação:	**904**	**4.059**	**4.963**	**4.963**
Certificados de Depós. Bancários	471	4.059	4.530	4.530
Quotas de Outros Fundos Invest.	433	-	433	433
Títulos mantidos até o vcto:	**5.074**	**-**	**5.074**	**5.075**
Letras Financeiras do Tesouro	5.074	-	5.074	5.075
Total	**5.978**	**4.059**	**10.037**	**10.038**

O Valor justo dos títulos mantidos até o vencimento é superior o valor de custo atualizado em R$ 1 em 30 de junho de 2013.

c- Desempenho e taxas contratadas: A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2013, o desempenho global dos ativos financeiros em renda fixa, títulos públicos, títulos privados quotas de fundos de investimentos que compõem a carteira de aplicações atingiu 104,77% no acumulado do semestre.

c- Movimentação das Aplicações Financeiras:

Saldo no início do semestre	**9.580**
Aplicações	460
Resgates	(317)
Rendimentos	314
Saldo no final do semestre	**10.037**

5- Créditos de Operações com Previdência – Valores a Receber : Detalhamento dos saldos, considerando os prazos de vencimento:

	30.06.2013	31.12.2012
Vencidos:		
Até 60 dias	39	39
De 61 a 120 dias	6	6
	45	**45**
A vencer:		
Até 30 dias	189	168
De 31 até 60 dias	199	174
	388	**342**
Total	**433**	**387**
Redução ao valor recuperável	(29)	(30)
Saldo final	**404**	**357**

Movimentação do saldo de Valores a Receber:	
Saldo no início do semestre	**387**
Contribuições Emitidas	1.161
Contribuições Canceladas	(184)
Contribuições Recebidas	(931)
Saldo no final do semestre	**433**

6- Créditos Tributários e Previdenciários:

	30.06.2013	31.12.2012
Taxa de Fiscalização a Compensar	165	209
Total	**165**	**209**

7- Depósitos Judiciais e Fiscais – Ativo Circulante e Não Circulante: A Entidade é parte em processos judiciais e administrativos em andamento, dentre os quais foram efetuados depósitos judiciais e/ou recursais que totalizam R$ 119 (R$ 114 em 31 de dezembro de 2012).

8– Diferido

	Custo	Amortização	30.06.2013	31.12.2012
Despesas de organização, implantação e instalação	140	(128)	12	26
Total	**140**	**(128)**	**12**	**26**

9- Provisões Técnicas: A partir de 2003, as provisões técnicas passaram a ser constituídas pelo início efetivo da comercialização do Plano de Pecúlio Individual, no regime de repartição simples, calculadas pela Entidade e examinadas pelo Atuário responsável, de acordo com a nota técnica aprovada, normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e demais normas reguladoras do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

a. Movimentações das Provisões Técnicas – Planos não Bloqueados:

	Provisão de Riscos não Expirados	Provisão de Benefícios a Regularizar	Provisão de Eventos Ocorridos mas não Avisados	Outras Provisões	Total
Saldo em 31.12.2012:	**57**	**2**	**48**	**12**	**119**
Constituição/ (Reversão)	6	7	-	(6)	7
Variação da provisão de IBNR	-	-	4		4
Benefícios Pagos	-	(5)	-	-	(5)
Saldo em 30.06.2013:	**63**	**4**	**52**	**6**	**125**

b. Ativos Garantidores das Provisões Técnicas

Na data do balanço, os seguintes ativos encontram-se vinculados à SUSEP em garantia das Provisões Técnicas, de acordo com as normas vigentes:

	30.06.2013	31.12.2012
Letras Financeiras do Tesouro	135	125

10- Imposto de Renda e Contribuição Social

	30.06.2013	30.06.2012
Resultado antes dos impostos e participações	830	691
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 15% respectivamente:	332	276
Efeito das adições e exclusões	(11)	11
Imposto de Renda e Contribuição Social devidos	**321**	**287**

11- Contingências Passivas:

a) A Entidade possui contingências originadas de processos judiciais de natureza cível e tributária no montante aproximado de R$ 664. Na opinião dos assessores jurídicos as perspectivas de perdas são possíveis.

b) A Entidade possui 2 (dois) processos judiciais de natureza trabalhista no valor estimado de R$ 125, que na opinião dos assessores jurídicos as perspectivas de perdas destes processos são prováveis, cujo montante encontra-se provisionado em "Outros Débitos – Provisões Judiciais".

c) A Entidade possui contingência proveniente de Processos Administrativos instaurados pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, no montante de R$ 285, os quais a Entidade apresentou defesa administrativa impugnando as penalidades impostas, cuja provisão está constituída em "Obrigações a Pagar".

Movimentação das Provisões Judiciais:

	Contingências Trabalhistas
Saldo em 31.12.2012	**128**
Constituições	-
Reversões/Pagamentos	(3)
Saldo final em 30.06.2013	**125**
Quantidade de Processos	2

12 – Patrimônio Líquido:

a. Capital Social: O Capital Social no valor de 7.300 mil, subscrito e totalmente integralizado, está representado por 7.300.000 (sete milhões e trezentas mil) ações ordinárias nominativas, no valor de R$

1,00 (hum) real cada uma, homologado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, através da Portaria SUSEP/DECON nº. 547, de 13 de abril de 2006.

b. Composição acionária: **Percentual de Participação**

Crefipar Participações e Empreendimentos Ltda..... 52,941%
Crefinpar Participações Ltda..... 34,316%
R.L. Participação e Empreendimentos Comerciais Ltda..... 12,743%

c. Reservas de Lucros: A Reserva Legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

A Reserva Estatutária é constituída para assegurar à sociedade margem operacional até o limite máximo do capital social, constituída à base do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

d. Dividendos e Juros sobre capital próprio: Conforme previsto no Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado.

e. Demonstração do cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado e adequação de Capital:

Nos termos da Resoluções CNSP nº 282/2013, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das entidades abertas de previdência complementar é o capital total que a entidade deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

	30.06.2013	31.12.2012
Patrimônio Líquido	9.937	9.428
(-) Marcas e Patentes	(1)	(1)
(-) Diferido	(12)	(26)
Patrimônio Líquido Ajustado (I)	**9.924**	**9.401**

Capital mínimo requerido:

	30.06.2013	31.12.2012
Capital base	**7.200**	**7.200**
Capital Adicional baseado no Risco de Crédito Parcela 2	399	370
Capital Adicional de Risco de Subscrição	309	-
Capital Adicional de Risco Operacional	5	-
Capital de Risco Total	**621**	**370**
Capital Mínimo Requerido (II)	**7.200**	**7.200**
Suficiência de Capital (I) – (II)	**2.724**	**2.201**

13 – Produtos Comercializados: A Entidade opera com Plano de Pecúlio Individual, na modalidade de benefício definido, aplicando as seguintes bases técnicas :

Taxa de Juros : adotado zero como reforço de cálculo
Tábua de Mortalidade: CSO 58 – Comissioner's Standart Ordinary
Taxa de Carregamento: 30%

Percentuais de Sinistralidade:

	30.06.2013	30.06.2012
Contribuições Retidas	977	836
Sinistros Ocorridos	7	6
% de Sinistralidade	**0,72**	**0,72**

14- Teste de Adequação de Passivos (*LAT – Liability Adequacy Test*): A Entidade elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem a definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste, conforme disposto na Circular SUSEP nº 457, de 14 de dezembro de 2012. O teste foi realizado na data base de 30/06/2013, que avaliou as obrigações decorrentes dos contratos de previdência complementar aberta. O Teste de Adequação de Passivos – TAP foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados e informações fidedignas; este teste considera como valor líquido contábil (net carrying amount) os passivos de contratos de previdência, onde foi concluído que a Entidade pelas suas operações de Previdência Privada – Planos de Pecúlio estruturados no Regime de Repartição Simples não apresentou insuficiência em relação às provisões técnicas. A fim de fazer uma análise de sensibilidade dos resultados, foram simulados outros cenários alterando algumas premissas bases. Hipóteses utilizadas nos modelos:

Hipótese	**Modelo Base**	**Variação**
Tábua de Mortalidade	BR-EMS	AT 83 / AT 2000
Rotatividade Masculina	36,43% ao ano	32,78% ao ano / 40,07% ao ano
Rotatividade Feminina	32,07% ao ano	28,86% ao ano / 35,27% ao ano
Taxa de Juros	ETTJ – SUSEP	ETTJ - ANDIMA

15- Detalhamento das Contas das Demonstrações de Resultado

	30.06.2013	**30.06.2012**
Despesas Administrativas	**317**	**286**
Despesas com Pessoal Próprio	194	162
Despesas com Serviços de Terceiros	65	76
Despesas com Localização e Funcionamento	15	17
Despesas com Publicações	32	31
Despesas Administrativas Diversas	11	-
Resultado Financeiro	**301**	**350**
Receita Financeira	**336**	**427**
Renda Fixa – Títulos Privados	152	200
Renda Fixa – Títulos Públicos	173	211
Receita com Fundos de Investimentos	3	-
Receita com créditos tributários	5	12
Receita com depósitos judiciais	3	4
Despesas Financeiras	**35**	**77**
Juros	-	40
Despesas com Custódia de Títulos	28	27
Outras despesas financeiras	7	10
Outras Receitas e despesas Operacionais	**(2)**	**(15)**
Redução do Valor Recuperável para Recebíveis	-	(13)
Outras Despesas Operacionais	(2)	(3)
Outras Receitas Operacionais	-	1

16. Gestão de riscos originados de instrumentos financeiros e planos de previdência

16.1 Gestão de risco de seguro

A Entidade define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e em que haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações.

Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e o provisionamento, a Entidade entende que o principal risco transferido para a Entidade é o risco de que sinistros avisados e pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de provisões técnicas. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimadas, segundo a metodologia de cálculo desses passivos.

16.1.1 Previdência complementar com cobertura por morte

Atualmente, a Bamércio comercializa planos individuais de previdência complementar, exclusivamente na modalidade Pecúlio por morte, com oferta de garantia contra o risco de morte. A abordagem utilizada na comercialização desses planos pauta-se no conceito de venda consultiva, visando à proteção da família do cliente.

Esses contratos transferem risco significativo de seguro e financeiro para a Entidade e foram classificados como contratos de seguro, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 11.

A Entidade assume risco de seguro nos contratos de previdência privada em razão das possibilidades de benefícios a serem pagos aos participantes. Essas possibilidades caracterizam-se pela probabilidade de pagamento de pecúlios em razão da ocorrência de evento coberto por garantia de morte.

A gestão de risco de seguro e financeiro da Entidade leva em consideração os níveis de manutenção de custos atuais e futuros para o pagamento de benefícios, bem como as receitas de serviço cobradas dos participantes, para cobrir esses custos. A Entidade avalia, constantemente, os respectivos níveis de persistência com base em experiência histórica, levando esse estudo em consideração por ocasião da aquisição de ativos financeiros, evitando, assim, potenciais efeitos adversos e mantendo níveis adequados de caixa para cumprir todas as suas obrigações contratuais futuras.

Dessa forma, para a carteira de previdência a Administração assume as seguintes premissas atuariais:

- Utilização de Tábuas Biométricas aprovadas pela legislação vigente e que representem a melhor estimativa de mortalidade e/ou sobrevivência para a massa segurada.
- Utilização de taxa de juros igual ou inferior à taxa básica de juros da economia brasileira.
- Base de dados composta por informações referentes a um período não inferior a 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data-base de análise.

16.2 Gestão de riscos financeiros

A Entidade está exposta a riscos financeiros associados a sua carteira de aplicações. Para mitigar esses riscos é utilizada uma abordagem de gestão de ativos e passivos no tempo (*Asset Liability Management* (ALM)), além de serem levados em consideração os requerimentos regulatórios e o ambiente econômico em que são conduzidos os negócios da Entidade e investidos os ativos financeiros. Essa abordagem está alinhada aos requerimentos de análise exigidos pelo CPC e ao conceito econômico de gestão de capital necessário para garantir a solvência e os recursos de caixa necessários à operação.

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: (a) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Entidade; (b) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; (c) risco de crédito, associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

A política de gestão de riscos da Entidade tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar perdas decorrentes de oscilações de preços que venham a impactar os resultados de forma adversa. Seguindo essa política, a Entidade opta pelo investimento em títulos públicos para a cobertura das reservas e as demais aplicações financeiras são realizadas em instituições de primeira linha, minimizando o risco de mercado, não necessitando, atualmente, de modelos definidos para a avaliação de risco.

(a) Risco de liquidez

Definido como o conjunto de processos que visam garantir a capacidade de pagamento da Entidade, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis. A Entidade possui recursos disponíveis suficientes para cumprir os desembolsos esperados, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Como o produto comercializado, previdência, possui duração dos ativos menor que a dos passivos, o risco de liquidez é mitigado com a reaplicação dos recursos em títulos públicos de duração mais longa. Adicionalmente, recursos próprios poderão ser utilizados para o cumprimento das obrigações da empresa em eventuais necessidades.

(b) Risco de mercado

A política de gestão de riscos tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar perdas decorrentes de oscilações de preços que venham a impactar.

O Gerenciamento de risco de mercado é realizado com a aplicação de metodologias previamente definidas e sistemas adequados à natureza das operações e a complexidade dos produtos ofertados e a dimensão da sua exposição.

Os processos de avaliação de riscos buscam identificar os descolamentos de preços no mercado que possam impactar negativamente as posições assumidas da Entidade perante o mercado. São aplicadas metodologias para o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco e o cálculo do valor em risco (VaR), aplicação de testes de estresse de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, com a utilização de cenários históricos ou de mudança de premissas.

A Entidade utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. O resultado dessas análises é utilizado para gestão de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Entidade em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e condições de mercado previstas para períodos futuros e seus resultados são utilizados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos específicos originados de ativos e passivos detidos pela Entidade.

c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações com a Entidade. A Administração tem políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, por intermédio do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos, que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e seus fatores dinâmicos de mercado.

Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito sejam gerenciados e controlados nas políticas estabelecidas. Quando determinadas contrapartes não apresentam *rating* de crédito estabelecido por agências de crédito reconhecidas no mercado, a Administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essa contraparte em sua grade de riscos; entretanto, essas situações são amplamente

discutidas e avaliadas antes de a Entidade adquirir certos ativos, e restrições são colocadas sobre as áreas operacionais e dependem de aprovação do Comitê de Crédito, para limitar a exposição ao risco de crédito em casos de ativos emitidos por contrapartes caso essas contrapartes não apresentem *rating* de crédito.

16.3 Gestão de risco de capital

A Entidade executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo CNSP e pela SUSEP. A estratégia e o modelo utilizado pela Administração consideram "capital regulatório" e "capital econômico" segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Entidade.

A estratégia de gestão de risco de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Entidade por meio da otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Entidade.

Os principais objetivos da Entidade em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e pela SUSEP; (ii) apoiar ou melhorar o *rating* de crédito da Entidade pelo tempo e pela estratégia de gestão de risco; e (iii) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

Durante o período de informativo, e em períodos anteriores a Entidade não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

16.4 Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade prevista na letra e do inciso XI ao artigo 43 do Anexo I da Circular SUSEP nº 464/2013 determina que se faça um recálculo das operações considerando outros cenários. Dentre as variáveis possíveis, devido à natureza das operações da Entidade, as variáveis que poderão impactar nos resultados finais são a mortalidade (sinistralidade) e as despesas administrativas . Sendo assim, o resultado do período bem como o patrimônio líquido, com a alteração destas variáveis, seriam as seguintes:

Variável	Alteração	Resultado	Patrimônio Líquido
Sinistralidade	Índice de 10%	450	9.878
Despesas Administrativas	mais 10%	490	9.918

16.5 Resumo do relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de risco é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações. Ela abrange os riscos de mercado, liquidez, operacional e de crédito. Para fazer frente aos eventos de risco, essa estrutura é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Entidade. Em razão disto, a Administração promove sua revisão anual, bem como de suas políticas, ou em periodicidade inferior se eventos extraordinários ou conjunturas adversas assim o exigirem.

DIRETORIA:
LEILA MEJDALANI PEREIRA – Diretora Presidente
JOSÉ ROBERTO LAMACCHIA – Diretor Superintendente

HEITOR COELHO BORGES RIGUEIRA - Atuário – Registro MTb nº 380 – MIBA

ELIDE BIANCHI REIS – Contadora - TC - CRC 1SP135.414/O-8